

Bruxelas, 22 de abril de 2026
(OR. en)

8482/26

ENER 199
ENV 402
COMPET 475
TRANS 244
CONSOM 131
IND 278
ECOFIN 518
FISC 144

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	22 de abril de 2026
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2026) 370 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano AccelerateEU - União da Energia Energia segura e a preços acessíveis graças a uma ação acelerada

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 370 final.

Anexo: COM(2026) 370 final



Bruxelas, 22.4.2026
COM(2026) 370 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

Plano AccelerateEU - União da Energia

Energia segura e a preços acessíveis graças a uma ação acelerada

1 INTRODUÇÃO

Pela segunda vez em menos de cinco anos, os riscos suscitados pela **dependência da Europa em relação às importações de combustíveis fósseis** começam a ser demasiado evidentes. Mais de metade (57 %¹) da energia consumida na Europa é constituída por combustíveis fósseis importados. Esta situação cria vulnerabilidades e tem custos. Em 2025, a UE importou cerca de 340 000 milhões de EUR de combustíveis fósseis². Desde o início do conflito no Médio Oriente, em março de 2026, e do encerramento do estreito de Ormuz, tivemos de gastar mais 24 000 milhões de EUR nas importações de combustíveis fósseis³. Os potenciais efeitos sobre o crescimento do PIB e a inflação⁴ poderão ser substanciais. A situação no Médio Oriente continua volátil e não sabemos durante quanto tempo se manterá assim, mas uma coisa é certa: os seus impactos continuarão a fazer-se sentir durante, pelo menos, vários meses e muito para além do setor da energia, tendo igualmente um impacto económico, social e sobre o emprego.

O aumento dos preços é uma consequência imediata do conflito. Embora as reservas de alguns combustíveis possam ser limitadas, não existe ainda uma ameaça imediata para a segurança do aprovisionamento. Ainda que a UE tenha vindo a reduzir a percentagem de combustíveis fósseis na produção de eletricidade, o gás e o petróleo continuam a dominar o aquecimento, a indústria e os transportes, bem como a ter um forte impacto nas principais cadeias de valor industriais (por exemplo, os produtos químicos, os plásticos e os fertilizantes). Esta situação deixa os agregados familiares e as empresas europeias, nomeadamente as PME e as indústrias com utilização intensiva de energia, assim como os respetivos trabalhadores, expostos aos picos de preços a nível mundial. A situação atual exige **medidas atempadas, especificamente direcionadas e temporárias** para proteger os consumidores mais vulneráveis, acelerar a transição para as energias limpas e a eletrificação e salvaguardar a competitividade da indústria europeia.

Nos últimos anos, a UE acelerou consideravelmente a transição energética para um sistema eficiente, flexível e interligado, assente em **fontes de energia endógenas, limpas e abundantes**. Muitos Estados-Membros já tiram partido dos rápidos progressos na transição energética, demonstrando que o objetivo é exequível e proporciona benefícios claros às pessoas e às empresas. Por exemplo, os Estados-Membros que têm uma elevada quota de energias não poluentes (nomeadamente renováveis e nuclear) na sua matriz elétrica, juntamente com um sistema de eletricidade flexível que conta com capacidade de rede e de armazenamento suficientes, têm geralmente preços de eletricidade inferiores à média da UE, ficando menos expostos às repercussões da crise energética atual.

Trata-se de uma séria chamada de atenção para a necessidade de **acelerarmos a eletrificação, promovermos a produção interna de energia limpa e reconhecermos a importância da**

¹ [Eurostat](#), 2024.

² [Eurostat](#).

³ Nos primeiros 52 dias. Comparação com a situação anterior ao despoletar da crise no Médio Oriente, partindo do princípio de que a UE importa os mesmos volumes. Antes desta crise, a UE teria pagado cerca de 51 000 milhões de EUR ao longo do mesmo período, em vez de 75 000 milhões de EUR. Cálculos da Comissão com base em dados da Bloomberg, da Kpler e da LSEG / Refinitiv.

⁴ A energia é uma das principais causas da volatilidade na inflação global, tendo não só um impacto direto (combustível, eletricidade) como efeitos indiretos (custos de produção e de transporte).

transição energética. As escolhas que agora fizermos determinarão se enfrentamos a próxima crise numa posição de fragilidade ou de força. A transição para um sistema energético limpo, abundante, endógeno, seguro, resiliente e a preços acessíveis nunca foi unicamente uma necessidade climática e ambiental — é igualmente um imperativo socioeconómico, de competitividade e de segurança. Estes objetivos políticos reforçam-se e complementam-se mutuamente, podendo ser alcançados utilizando plenamente todas as tecnologias limpas disponíveis e assegurando simultaneamente a neutralidade tecnológica. É por esta razão que as medidas de ajuda a curto prazo não devem prejudicar — mas, pelo contrário, reforçar — o objetivo de mais longo prazo de aumentar a produção interna de energia limpa, criar um sistema energético da UE descarbonizado e resiliente e reforçar a capacidade de fabrico europeia para prevenir novas dependências estratégicas.

Embora a consecução destes objetivos exija um forte empenho, **uma maior coordenação** e novos investimentos, os benefícios de acelerarmos a transição para energias limpas superam claramente os custos. Qualquer atraso no investimento na transição energética corre o risco de gerar mais custos para a sociedade.

A crise atual tem uma dimensão global muito forte. Para atenuar o impacto da tensão nos mercados mundiais, a UE pode tirar partido do seu enorme peso enquanto comprador, assim como do valor do mercado único, que é uma fonte de **força e solidariedade**, especialmente em tempos de crise.

O presente plano faz parte da **resposta dinâmica da Comissão**, que irá sendo adaptada à medida que a situação evolui. A Comissão acompanhará de perto estas medidas e poderá adotar novas medidas caso a situação se agrave. Prevê cinco áreas de ação fundamentais para ajudar os Estados-Membros a prestar e a canalizar ajuda de curto prazo para os consumidores, em especial os mais imediatamente afetados. Define igualmente formas de avançarmos mais rapidamente no rumo traçado para alcançarmos um sistema energético mais resiliente a médio e a longo prazo:

- Maior coordenação entre os Estados-Membros e com os parceiros internacionais;
- Apoio aos Estados-Membros para proteger os consumidores, incluindo a indústria, em relação aos choques de preços e, simultaneamente, ajudá-los na transição energética;
- Aceleração da transição para energia não poluente endógena e da eletrificação;
- Reforço do sistema energético;
- Promoção do investimento graças à mobilização de financiamento público e privado para a transição energética.

2 AÇÕES IMEDIATAS PARA OBTER RESULTADOS RÁPIDOS

2.1 Benefícios de uma maior coordenação a nível da UE

A coordenação reforçada a nível da UE já produziu benefícios claros. A ação conjunta no âmbito do Plano REPowerEU na sequência da agressão à Ucrânia desempenhou um papel fulcral, permitindo que a UE reduzisse a procura de gás em 18 % (entre agosto de 2022 e março

de 2023)⁵, aliviasse as pressões imediatas e apoiasse a estabilidade a longo prazo. A Plataforma Energética da UE⁶ permitiu agregar 90 000 milhões de metros cúbicos de procura de gás à escala europeia, fazendo a ponte entre os compradores industriais da UE e os fornecedores internacionais e permitindo emparelhar 77 000 milhões de m³.

As primeiras áreas de coordenação reforçada a nível da UE incluem o **enchimento das instalações de armazenamento de gás** e a utilização de flexibilidades nas regras de enchimento, a **libertação de reservas de petróleo, medidas nacionais de emergência** e a **garantia da disponibilidade de combustível para aviação e gasóleo**, nomeadamente através da **otimização das capacidades de produção das refinarias de petróleo**.

A escassez de combustível para aviação poderá ter um impacto significativo no transporte aéreo, nomeadamente o cancelamento de voos, em especial dada a época de aviação intensa no verão. Uma vez que o transporte aéreo opera para além das fronteiras nacionais, a coordenação europeia é necessária para preservar o funcionamento eficaz do mercado único e garantir a continuidade do aprovisionamento em toda a UE. Importa ponderar a possibilidade de explorar fontes de abastecimento alternativas e tipos de combustível importados alternativos⁷.

O aumento dos preços do gasóleo e dos custos do combustível de porão está a fazer subir as taxas de frete, exercendo uma forte pressão sobre os operadores dos transportes rodoviários e os setores do transporte marítimo de curta distância e por vias navegáveis interiores, bem como os setores das pescas e da agricultura.

A disponibilidade e a capacidade operacional do setor europeu de refinação de petróleo devem ser maximizadas para satisfazer a procura atual, nomeadamente de combustíveis para aviação, uma vez que aproximadamente 40 % do nosso consumo desse combustível é importado e cerca de metade das importações passa pelo estreito de Ormuz⁸. As capacidades de refinação estão geograficamente concentradas em algumas regiões da UE⁹ e os fornecimentos alternativos de produtos petrolíferos refinados são limitados, o que requer uma monitorização coordenada e uma eventual ação coletiva para maximizar a produção existente das refinarias europeias, incluindo a libertação de reservas de segurança de forma coordenada e atempada.

A coordenação das ações é também fundamental para reforçar as infraestruturas militares para o abastecimento de combustível, em especial para a importação, o tratamento, o armazenamento e a distribuição de combustível para aviação.

Por último, a ação externa da UE para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis de modo geral¹⁰ pode contribuir ainda mais para reduzir a vulnerabilidade da UE aos choques dos preços da energia, promover a segurança energética e a resiliência da UE e reforçar a competitividade da Europa no domínio das tecnologias limpas. A coordenação e a cooperação com as partes

⁵ Eurostat, comparação com os níveis anteriores à crise.

⁶ Graças ao mecanismo [AggregateEU](#), criado entre 2023 e 2025.

⁷ Nomeadamente o Jet A.

⁸ Cálculos da Comissão com base nos dados da Kpler e do Eurostat.

⁹ As quatro principais plataformas regionais: Noroeste da Europa, países nórdicos e bálticos, Mediterrâneo, Europa Central e Oriental.

¹⁰ Incluindo, por exemplo, através da execução da Estratégia Global Watergate, da Iniciativa de Cooperação Transmediterrânica no domínio da Energia e das Tecnologias Limpas.

contratantes da Comunidade da Energia, muito concretamente, apoiarão a resiliência dos nossos mercados da energia interligados¹¹.

Tendo em conta o seu impacto nas relações externas da UE, as ações propostas na presente comunicação serão levadas a cabo em cooperação com o Serviço Europeu para a Ação Externa, no exercício das suas competências.

Ações imediatas da Comissão para aumentar a coordenação a nível da UE:

- [A partir de **abril de 2026**] ***A Comissão facilitará a coordenação das ações nacionais em matéria de enchimento das instalações de armazenamento de gás (por exemplo, acompanhando de perto e coordenando com os Estados-Membros o calendário das aquisições pelos intervenientes no mercado, a fim de evitar picos de preços causados pelo aumento das aquisições simultâneas) e das eventuais libertações de reservas de petróleo, incluindo de combustível para aviação e de gasóleo (para as quais a Comissão fornecerá análises de cenários e coordenará o calendário e os volumes tanto por regiões como para a globalidade da UE). Isto será levado a cabo no âmbito do Grupo de Coordenação do Gás e do Grupo de Coordenação do Petróleo, respetivamente.***
- [A partir de **abril de 2026**] ***Os Estados-Membros serão incentivados a recorrer à flexibilidade no enchimento das instalações de armazenamento de gás (até 10 %). A Comissão está disposta a ponderar um novo aumento do limiar de desvio autorizado (até mais 5 %) ao abrigo do Regulamento Armazenamento de Gás atualizado.***
- [A partir de **abril de 2026**] ***A Comissão promoverá uma ação coordenada em relação aos fornecedores de petróleo e de gás e aos países parceiros com perfis de importação de energia semelhantes, a fim de melhorar o funcionamento e a transparência dos mercados globais da energia, nomeadamente mobilizando plenamente a Plataforma da União Europeia para a Energia e as Matérias-Primas¹² para colaborar com a indústria. A Comissão procurará intensificar a cooperação internacional para aumentar a oferta proveniente de países terceiros através da rede de acordos comerciais da UE.***
- [**Maio de 2026**] ***A Comissão fará o levantamento das capacidades de refinação existentes na Europa, avaliará as necessidades existentes e elaborará medidas para assegurar a plena utilização e uma capacidade de refinação interna suficiente para assegurar o abastecimento resiliente de todo o espectro de produtos petrolíferos durante a crise, bem como para aumentar a produção interna na UE de biocombustíveis sustentáveis.***
- [A partir de **maio de 2026**] ***A Comissão criará um Observatório dos Combustíveis para mapear o abastecimento dos combustíveis pertinentes para o setor dos transportes (produzidos na UE, importados e exportados) e das reservas disponíveis na UE incluindo, quando a Comissão dispuser dessas informações, as reservas de combustível para efeitos militares e as capacidades de refinação. A título prioritário, a Comissão coordenará com os Estados-Membros, os fornecedores de combustíveis e o setor da aviação (aerportos e companhias aéreas) o aprovisionamento de combustíveis alternativos para aviação e proporá medidas para otimizar a sua distribuição entre os Estados-Membros, a fim de assegurar a disponibilidade em todas as regiões e aerportos. A***

¹¹ A Comunidade da Energia pode igualmente participar nas reuniões do Grupo de Coordenação do Petróleo e do Grupo de Coordenação do Gás através do seu Secretariado e, se for caso disso, sob reserva dos pontos de debate específicos, através das partes contratantes na Comunidade da Energia. A Plataforma da UE para a Energia e as Matérias-Primas continua aberta às empresas das partes contratantes da Comunidade da Energia.

¹² https://energy.ec.europa.eu/topics/energy-security/eu-energy-and-raw-materials-platform_pt.

Comissão avaliará a necessidade de rever as regras da UE em matéria de reservas estratégicas, a fim de incluir requisitos específicos em matéria de combustível para aviação.

- [A partir de **maio de 2026**] *A Comissão emitirá orientações **clarificando as flexibilidades existentes** no quadro jurídico da UE, nomeadamente no que diz respeito às regras relativas às faixas horárias aeroportuárias, ao abastecimento em excesso, às obrigações de serviço público e à utilização de outros combustíveis importados, **a fim de fazer face às consequências da eventual escassez de combustível nas operações de transporte aéreo**, preservando o bom funcionamento do mercado único e assegurando as ligações aéreas essenciais. **Se a situação se agravar** e as flexibilidades existentes deixarem de ser suficientes, **a Comissão proporá alterações temporárias ao quadro legislativo da UE em vigor**, sempre que justificado.*
- [2026] *A Comissão dará **início ao processo de revisão da Diretiva Detenção de Reservas de Petróleo**, a fim de corrigir as insuficiências identificadas durante a crise atual e avaliar, entre outros, se são necessários requisitos específicos em matéria de reservas para os diferentes produtos petrolíferos.*

2.2 Proteger os consumidores e a indústria em relação aos choques de preços

Os consumidores e as empresas esperam que os Estados-Membros e a UE tomem medidas que os protejam de aumentos de preços inesperadamente elevados. Os orçamentos familiares têm vindo a diminuir à medida que o aumento dos custos da energia reduz o rendimento disponível. Isto já se faz sentir quando atestamos o automóvel¹³. Além disso, uma vez que cerca de dois terços do gás natural consumido na UE é utilizado em edifícios ou na indústria, os picos dos preços do gás causarão problemas a muitos consumidores quando estes aumentos forem refletidos nas faturas de energia e, eventualmente, noutras partes da economia (por exemplo, no preço dos alimentos). Atualmente, muitos agregados familiares ainda beneficiam das condições estabelecidas em contratos de gás e eletricidade que foram celebrados antes do início do conflito no Médio Oriente. Esta situação poderá alterar-se quando esses contratos expirarem. Todos os consumidores em situação vulnerável estão particularmente expostos a este risco.

Face à pressão persistente e recorrente sobre a importação de combustíveis fósseis e à volatilidade dos preços da energia, **é necessário prestar apoio imediato, que terá de ser direcionado, atempado e temporário**, devendo ser aliado a soluções de longo prazo (ver exemplos no anexo II). Esse apoio deve preservar os incentivos à redução da procura de energia e ser compatível com os compromissos assumidos pelos Estados-Membros no âmbito do quadro orçamental da UE.

O quadro jurídico da UE e as iniciativas políticas da Comissão, incluindo o Pacote Energia para os Cidadãos¹⁴, já preveem uma série de medidas que os Estados-Membros poderão adotar, proporcionando ajuda imediata aos consumidores. Entre estas, figuram, por exemplo, regimes específicos de apoio ao rendimento; vales energéticos, por exemplo para a substituição de caldeiras a gás; tarifas sociais; a redução dos impostos especiais sobre o consumo de

¹³ Em média, os europeus pagam atualmente cerca de 1,8-2,2 EUR por litro de gasolina e 2,0-2,4 EUR por litro de gasóleo, em comparação com uma média de 1,5-1,6 EUR por litro de gasolina em 2025 e de 1,6-1,8 EUR por litro de gasóleo em 2025. Fonte: Comissão Europeia [Weekly Oil Bulletin](#).

¹⁴ [Pacote Energia para os Cidadãos](#) (COM/2026/115).

eletricidade para os agregados familiares vulneráveis e as indústrias com utilização intensiva de energia; reduções do IVA para a instalação de bombas de calor, energia solar fotovoltaica e as respetivas baterias de pequena dimensão; incentivos fiscais à transição para veículos elétricos; a promoção da participação dos consumidores nas comunidades de energia e na autoprodução de energia; incentivo aos consumidores para compararem e mudarem de comercializador ou de contrato de energia. Além disso, para apoiar os consumidores mais vulneráveis, os Estados-Membros já podem, ao abrigo do atual quadro jurídico da UE, introduzir proibições temporárias ou totais do corte da ligação ao fornecimento de energia. A luta contra a pobreza energética e contra a pobreza em matéria de mobilidade é outra prioridade da futura Estratégia de Combate à Pobreza.

Incentivos financeiros específicos, como os créditos fiscais, as amortizações aceleradas¹⁵ ou os regimes de locação social, podem também apoiar o investimento e aumentar a taxa de implantação de tecnologias limpas, contribuindo assim para reforçar a capacidade de produção europeia. Tal inclui setores como os veículos elétricos, as bombas de calor residenciais ou industriais, os painéis solares ou os sistemas de acumuladores.

A poupança de energia e a substituição do consumo de petróleo e gás por energias não poluentes produzidas internamente demonstraram ser eficazes para combater os elevados preços da energia e reduzir a dependência da Europa em relação aos combustíveis fósseis importados¹⁶. A curto prazo, os Estados-Membros podem obter benefícios significativos em vários setores, combinando ações em matéria de eletrificação, melhorias de eficiência e implantação acelerada de tecnologias de energia limpa, incluindo, por exemplo, soluções inovadoras sustentáveis de base biológica (ver exemplos no anexo II). O Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE) da UE tem sido um instrumento fundamental para alcançar um maior grau de segurança e independência energéticas, uma vez que, sem ele, a Europa consumiria agora mais 100 000 milhões de m³ de gás, o que nos tornaria mais vulneráveis.

Nos agregados familiares e nos edifícios, o apoio a adaptações que tenham um impacto rápido, nomeadamente a melhoria do isolamento, a substituição de janelas ou a substituição de aparelhos ineficientes, pode **proporcionar poupanças de energia imediatas e duradouras** e uma redução dos custos. A substituição das caldeiras a gás e a petróleo por bombas de calor poderia reduzir para metade o consumo de energia final nos edifícios e reduzir as faturas de energia ao longo do tempo¹⁷. Um aumento anual da taxa de bombas de calor instaladas de cerca de 2,4 milhões de unidades atualmente para cerca de 4 milhões de unidades até 2030 não só traria benefícios para os consumidores, como ajudaria os Estados-Membros a reduzirem a utilização média de energia primária do parque habitacional em, pelo menos, 16 % até 2030¹⁸. A Comissão incentiva os Estados-Membros a utilizarem o mecanismo de antecipação do CELE 2 do Banco Europeu de Investimento para acelerar a implantação de medidas de

¹⁵ Em consonância com as [conclusões do Conselho](#), de 10 de outubro de 2025, sobre incentivos fiscais para apoiar as tecnologias limpas e a indústria.

¹⁶ Os últimos dados disponíveis mostram que os investimentos em eficiência energética financiados pela UE já contribuem para o reforço da resiliência energética da União. Até ao final de 2023, as economias de energia anuais alcançadas através de fundos da UE elevavam-se a 81,9 Twh. Fonte: [COM\(2026\) 118 final](#), p. 17. Ver o projeto [ODYSEE](#) para obter mais informações.

¹⁷ Cálculos da Comissão.

¹⁸ Em comparação com 2020. [Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios](#), Diretiva (UE) 2024/1275 (DDEE).

descarbonização nos setores da habitação e da mobilidade, beneficiando em especial os agregados familiares e as PME de baixos e médios rendimentos.

Uma vez que a maior parte do consumo de petróleo tem lugar no setor dos transportes, as ações dos Estados-Membros devem ser coordenadas e orientadas para a manutenção dos fluxos de mercadorias e da conectividade dos passageiros, promovendo simultaneamente a transição para a eletromobilidade e outras soluções de mobilidade limpa em todos os modos de transporte enquanto via estrutural para reduzirmos a dependência do petróleo nos transportes. Estas poderão incluir incentivos à aquisição de veículos elétricos pelos consumidores (por exemplo, converter as frotas empresariais em soluções de transporte não poluentes¹⁹, nomeadamente veículos pesados e *ferries* elétricos), ou o fornecimento de energia elétrica nos portos a partir da rede terrestre. Para as empresas — em especial as pequenas e médias empresas e as empresas com utilização intensiva de energia — os mecanismos de apoio específicos podem incluir regimes de financiamento, vales ou modelos de locação para estimular o investimento na eficiência energética e nas tecnologias limpas.

Os Estados-Membros podem ponderar utilizar as respetivas dotações do Fundo Social em matéria de Clima para financiar essas medidas dirigidas aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente nos setores dos transportes e dos edifícios.

Além disso, no que respeita aos transportes aéreos e aquáticos e às pescas, deve-se acelerar a transição já iniciada para combustíveis de aviação e combustíveis marítimos sustentáveis²⁰, apoiada pela célere concessão de incentivos à sua produção e utilização na UE²¹. Noutros setores, como a agricultura, as pescas e a logística da mobilidade, um maior acesso a biocombustíveis sustentáveis para os veículos com motores de combustão poderá garantir a sua contribuição ininterrupta para a cadeia de abastecimento, nomeadamente de alimentos.

Ações imediatas da Comissão para ajudar os Estados-Membros a proteger os consumidores e a indústria:

- **[Maio de 2026]** *A Comissão apresentará, na próxima reunião informal dos ministros da Energia da UE, em Chipre, em 13 de maio de 2026, um catálogo de medidas replicáveis para gerar economias de energia e ganhos na eficiência do sistema, bem como medidas para substituir os combustíveis fósseis por energia não poluente interna, que os Estados-Membros poderão implantar rapidamente para reduzir o consumo de petróleo e de gás a curto prazo. Esse catálogo terá por base uma avaliação das medidas mais eficientes tomadas desde 2022 e incluirá exemplos de ações concretas executadas com êxito no terreno com potencial de replicação em grande escala em toda a UE, bem como os seus impactos.*
- **[A partir de abril de 2026]** *A Comissão criará um repositório digital para compilar e partilhar informações não confidenciais sobre as medidas de emergência nacionais, ajudar a coordenar a ação de Estados-Membros vizinhos e facilitar a partilha e a promoção de boas práticas.*
- **[Abril de 2026]** *A Comissão adotará um quadro temporário para os auxílios estatais definindo disposições para que os Estados-Membros possam elaborar e aplicar medidas de emergência*

¹⁹ Proposta da Comissão para um [regulamento sobre veículos limpos nas frotas das empresas](#) [COM(2025) 994 final]

²⁰ Regulamentos [ReFuelEU Aviação](#) e [FuelEU Transportes Marítimos](#).

²¹ [Plano de Investimento em Transportes Sustentáveis](#)

temporárias específicas para apoiar alguns dos setores económicos mais expostos aos picos de preços.

- [A partir de **abril de 2026**] *A Comissão prestará **assistência contínua aos Estados-Membros** na conceção de **medidas específicas, atempadas e temporárias** (incluindo intervenção nos preços, regimes de apoio ao rendimento e incentivos fiscais), destinadas a apoiar, em especial, as PME, as indústrias com utilização intensiva de energia e os agregados familiares, preservando simultaneamente o incentivo à poupança de energia e promovendo a redução dos combustíveis fósseis. Os Estados-Membros devem apresentar uma avaliação dos respetivos impactos esperados, incluindo o seu custo orçamental, e evitar a fragmentação do mercado único. A Comissão estabelecerá **princípios orientadores e facilitará a elaboração de modelos** neste contexto. Os Estados-Membros podem igualmente adotar medidas em matéria de tributação dos lucros inesperados, a fim de assegurar a justiça social. A Comissão respeitará as decisões tomadas pelos Estados-Membros, prestando apoio e divulgando boas práticas em relação às medidas nacionais, assim como à avaliação do impacto das mesmas no mercado único. A Comissão está disposta a apoiar os Estados-Membros que necessitem, a curto prazo, de aplicar taxas de imposto sobre a energia inferiores aos atuais níveis mínimos da UE, evitando simultaneamente aumentar a procura de combustíveis fósseis e agravar os desequilíbrios entre a oferta e a procura.*
- [**Abril de 2026**] *A Comissão continuará a **promover a capacitação e a proteção dos consumidores** em todos os Estados-Membros **através de orientações** sobre a proteção dos clientes vulneráveis contra cortes, a aceleração e simplificação da mudança de comercializador e de contrato de energia, a participação nas comunidades de energia e o autoconsumo, melhorando a gestão dos riscos dos comercializadores e a proteção dos consumidores durante a transição energética.*
- [A partir de **maio de 2026**] *A Comissão **promoverá e ajudará a criar**, nomeadamente através do Conselho de Investimento na Transição Energética e da Coligação Europeia para o Financiamento da Eficiência Energética, **regimes de locação social de tecnologias limpas e eficientes que os Estados-Membros são incentivados a utilizar** para apoiar a rápida adoção de, por exemplo, veículos elétricos, bombas de calor residenciais e baterias de pequena dimensão²². A Comissão está disponível para **ajudar os Estados-Membros a criarem incentivos financeiros**, nomeadamente créditos fiscais específicos, para implantar rapidamente tecnologias de energia limpa, como veículos elétricos, bombas de calor industriais e domésticas, baterias a jusante do contador e armazenamento de energia térmica industrial, assegurando simultaneamente o cumprimento dos compromissos assumidos ao abrigo das regras orçamentais.*
- [**Abril de 2026**] *A Comissão acionou o mecanismo de apoio em situações de crise previsto no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura²³, que permite aos Estados-Membros compensar os operadores do setor das pescas, da aquicultura e da transformação alimentar pelo aumento dos custos de exploração e pela perda de rendimentos diretamente decorrentes da situação no Médio Oriente.*

²² Em complemento de outros modelos de incentivo, nomeadamente subvenções, garantias, empréstimos ou modelos de «energia como serviço», que são mais frequentemente utilizados para tecnologias como baterias de pequena dimensão e bombas de calor.

²³ Decisão de execução da Comissão [que estabelece que a situação no Médio Oriente](#) a partir de 28 de fevereiro de 2026 constitui um acontecimento excecional que causa uma perturbação significativa dos mercados.

3 AÇÕES IMEDIATAS QUE PRODUZAM BENEFÍCIOS DURADOUROS

3.1 Acelerar a transição para a energia limpa de origem nacional e a eletrificação

Ao tomarem medidas imediatas para gerar resultados palpáveis a médio prazo, os Estados-Membros podem substituir volumes significativos de petróleo e de gás, **acelerando a transição para energias limpas, de origem nacional e abundantes**, nomeadamente através da eletrificação, da energia solar térmica e geotérmica, bem como de outras energias de fontes renováveis, da energia nuclear, do biometano, dos biocombustíveis sustentáveis e do hidrogénio.

Por exemplo, a capacidade de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis implantada anualmente deverá aumentar para 100 GW/ano²⁴, nomeadamente através de novos projetos de energias renováveis em grande escala e de implantação acelerada da energia solar²⁵ que possam produzir resultados rápidos²⁶. Para obter rapidamente resultados, é fundamental simplificar os regimes nacionais de licenciamento em conformidade com os requisitos previstos na legislação da UE²⁷. Para além dos esforços de transposição, a aplicação antecipada pode produzir resultados concretos. Até ao final de 2026, a duração dos processos de licenciamento deverá diminuir em toda a Europa para um máximo de dois anos²⁸ e cada Estado-Membro deverá desbloquear o potencial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis, criando, pelo menos, uma zona desse tipo.

Outra alavanca fundamental consiste em maximizar os ativos de energias renováveis já existentes. O rápido reequipamento e modernização dos parques eólicos ao largo, apoiados por regimes de licenciamento simplificados específicos para reequipar e modernizar outras centrais de energias renováveis, como as hidroelétricas, podem proporcionar rapidamente uma ajuda adicional muito necessária, aumentando a capacidade de produção disponível.

A energia nuclear é uma componente importante das estratégias de descarbonização, da competitividade industrial e da segurança do aprovisionamento. Quase metade dos Estados-Membros tem a energia nuclear na sua matriz energética nacional. As versões

²⁴ Em conformidade com o [Pacto da Indústria Limpa](#) [COM(2025) 85 final]. A taxa de implantação de capacidade de energias renováveis refere-se à capacidade de corrente contínua, equivalente a cerca de 85 GW em capacidade de corrente alternada utilizada na prática normal de comunicação de dados estatísticos.

²⁵ A produção de energia solar é uma das fontes de produção de eletricidade mais acessíveis e tem um forte potencial de implantação, nomeadamente nas varandas dos edifícios residenciais, nas estradas e nas grandes instalações comerciais.

²⁶ Desde 2021, a UE instalou cerca de 260 GW de capacidade de energia renovável (204 GW de energia solar fotovoltaica e 57 GW de energia eólica), gerando poupanças de gás equivalentes a aproximadamente 15 000 milhões de m³ em 2025 (ou seja, cerca de 5 % das importações anuais da UE).

²⁷ Os Estados-Membros já deveriam ter transposto e aplicado todos os requisitos de licenciamento para as energias renováveis e infraestruturas conexas no quadro jurídico da UE em matéria de energia e, nomeadamente, da Diretiva Energias Renováveis (incluindo as zonas de aceleração da implantação de energias renováveis, o interesse público superior em prol de projetos de energias renováveis e redução dos prazos de licenciamento para reequipar projetos existentes). À data da publicação da presente comunicação, os Estados-Membros ainda estão a adotar e a notificar à Comissão as medidas nacionais de transposição.

²⁸ Em conformidade com a Diretiva Energias Renováveis, incluindo prazos mais curtos para as zonas de aceleração da implantação de energias renováveis, ao passo que os prazos para projetos muito complexos, como alguns projetos ao largo, podem ser mais longos.

atualizadas dos planos nacionais em matéria de energia e de clima²⁹ preveem um aumento da capacidade nuclear instalada. As centrais nucleares fornecem energia não poluente, adequada para reforçar a integração do sistema e proporcionar flexibilidade para uma maior implantação de outras tecnologias limpas. Estes benefícios revertem para todo o sistema energético da UE. Os novos pequenos reatores modulares³⁰ ou a prevenção da retirada prematura da capacidade nuclear existente³¹ podem ajudar a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, nomeadamente no aquecimento urbano e nos processos industriais. Tal como avaliado na estratégia do Programa Indicativo Nuclear, existe igualmente algum potencial por explorar no que se refere às centrais nucleares existentes³².

A atual crise representa igualmente um apelo à aceleração da eletrificação³³, a fim de pôr termo à exposição aos choques dos preços dos combustíveis fósseis e à dependência das importações. Em 2024, 71 % da produção de eletricidade da UE provieram de fontes de energia limpas³⁴, proporcionando energia barata ao sistema. No entanto, a eletricidade representa menos de um quarto do consumo final de energia³⁵. Para garantir a acessibilidade dos preços da energia e a competitividade industrial, facultando aos consumidores os benefícios das energias limpas e das energias renováveis, e melhorar a eficiência do sistema, é necessário que uma maior quota da procura de energia (transportes, edifícios, indústria, etc.) transite dos combustíveis fósseis para a eletricidade.

²⁹ [Avaliação à escala da UE das versões finais das atualizações dos planos nacionais integrados em matéria de energia e de clima](#) [COM(2025) 274 final].

³⁰ Comunicação da Comissão intitulada «[Estratégia para o desenvolvimento e a implantação de pequenos reatores modulares \(PRM\) na Europa](#)» (COM/2026/117 final).

³¹ Comunicação da Comissão intitulada «[Programa Indicativo Nuclear](#)» apresentado em conformidade com o artigo 40.º do Tratado Euratom — Final (após o parecer do CESE) (COM/2026/120 final).

³² De acordo com os planos nacionais, se os Estados-Membros prorrogarem a vida útil dos reatores existentes até aos 70 ou mesmo 80 anos e os novos projetos de construção forem todos concretizados dentro dos prazos, a capacidade instalada poderá atingir os 144 GWe em 2050.

³³ Taxa de eletrificação de 23,4 % em 2024. O [Pacto da Indústria Limpa](#) e o [Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis](#) introduziram um indicador-chave de desempenho relativo à quota de eletricidade no consumo final de energia, estabelecendo como referência 32 % até 2030.

³⁴ <https://ec.europa.eu/eurostat/web/interactive-publications/energy-2026>.

³⁵ Eurostat.

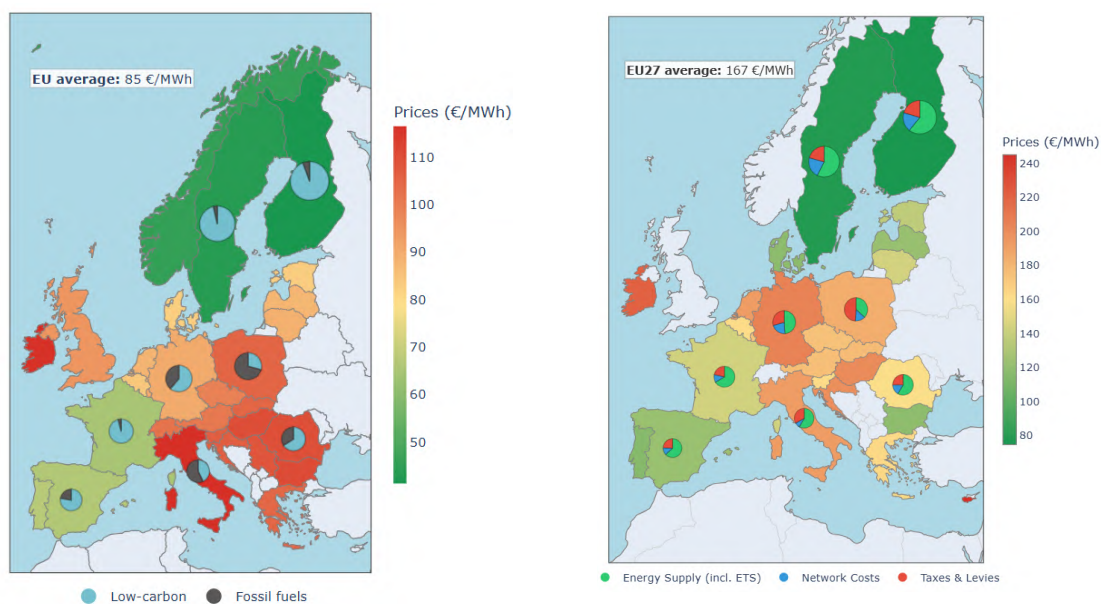


Figura 1. Correlação entre matrizes de energias limpas e acessibilidade dos preços da eletricidade (comércio grossista de 2025 — à esquerda; comércio de retalho industrial, semestre 1 de 2025 — à direita) [Fonte: DG ENER]

A eletrificação impulsionará igualmente o fabrico interno de tecnologias limpas na UE, por exemplo, bombas de calor residenciais e industriais. As estimativas da indústria indicam que mais de dois terços das bombas de calor instaladas na Europa são produzidas internamente³⁶. Se houver previsibilidade quanto à procura potencial, os fabricantes terão mais incentivos para aumentarem a capacidade na UE e investirem no desenvolvimento de competências.

A duplicação da capacidade instalada de bombas de calor comerciais e residenciais poderia reduzir o consumo de combustíveis fósseis em 200 TWh³⁷. Além disso, os sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano podem dar um contributo importante para acelerar a eletrificação. Podem proporcionar a flexibilidade do lado da procura, cada vez mais necessária no sistema elétrico, através de grandes bombas de calor, caldeiras elétricas e armazenamento térmico, e facilitar a recuperação de calor residual. A expansão ambiciosa da rede de calor poderá proporcionar grandes poupanças de gás natural³⁸.

O setor dos transportes é outro setor crucial para eletrificar a economia. Para além dos incentivos concedidos para promover as vendas de veículos elétricos, é essencial dispormos de infraestruturas de carregamento suficientes. Embora as infraestruturas de carregamento para automóveis e carrinhas tenham crescido muito mais rapidamente nos últimos cinco anos do

³⁶ European Heat Pump Association (EHPA), [Heat pumps made in Europe](#) (não traduzido para português).

³⁷ Essa poupança poderia elevar-se a cerca de 8 % do consumo de energia atual para o aquecimento ambiente nos edifícios.

³⁸ Mathiesen et al. (2023), [Heat matters: The missing link in REPowerEU](#) (não traduzido para português).

que a frota de automóveis elétricos, ainda não existe uma infraestrutura de carregamento para os veículos pesados³⁹.

O aumento da quota de energia solar térmica, não só nos edifícios como nos sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano, através do reequipamento de instalações solares térmicas existentes e do arranque de novos projetos, incluindo para o armazenamento térmico, poderia gerar poupanças de energia significativas. Este aspeto é particularmente importante para a indústria, especialmente no setor da alimentação e das bebidas, no setor químico (nomeadamente para requisitos de calor industrial até aos 400 °C) e na agricultura (por exemplo, para as estufas).

A energia geotérmica pode igualmente substituir o gás natural nas redes de aquecimento e arrefecimento urbano e, em certos casos, contribuir para a produção de eletricidade⁴⁰. Por conseguinte, importa apoiar a rápida implantação de novos projetos geotérmicos e explorar o potencial do reequipamento das instalações existentes. As bombas de calor industriais podem fornecer calor industrial normalmente até cerca de 200 °C ou melhorar a produção de calor de baixa temperatura, permitindo uma maior recuperação do calor residual na indústria e nos sistemas de aquecimento e arrefecimento urbano.

O biogás e o biometano também podem desempenhar um papel mais estratégico na substituição dos combustíveis fósseis importados, nomeadamente nos setores em que seja mais difícil a eletrificação. A produção de biometano nas instalações existentes poderia ser aumentada em cerca de 10 % a 30 %. Os projetos de biometano nas explorações agrícolas e cooperativas podem reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, proporcionando simultaneamente rendimentos adicionais aos agricultores e criando valor local, em especial nas zonas rurais, através da conversão de resíduos, detritos e estrume em energia e fertilizantes. As soluções circulares para o biogás, o biometano e os nutrientes reciclados podem reforçar a resiliência, promover a competitividade e reduzir a exposição a choques de preços a nível mundial.

Por último, uma vez que a expansão do hidrogénio continua a ser lenta, a UE deve acelerar a transição da indústria para combustíveis descarbonizados, assegurando simultaneamente condições de concorrência equitativas a todos os utilizadores de eletricidade e reduzindo o seu custo.

Ações imediatas da Comissão para ajudar os Estados-Membros:

- **[Segundo trimestre de 2026]** *A Comissão adotará medidas em matéria de **eletrificação, aquecimento e arrefecimento**, bem como **energia geotérmica**. A Comissão estabelecerá, entre outros, **metas de eletrificação**, proporá medidas para reduzir o rácio entre os preços da eletricidade e os dos combustíveis fósseis, e medidas para acelerar a adoção de soluções de eletrificação, nomeadamente através de um instrumento assente no mercado para as bombas de calor, procurando eliminar obstáculos nos setores da indústria, dos*

³⁹ Além disso, para muitas cidades e operadores, a conversão dos depósitos para as frotas de autocarros e camiões com nível nulo de emissões continua a representar um desafio considerável em termos de investimento.

⁴⁰ O EMBER estima que as tecnologias geotérmicas da próxima geração poderão produzir até 301 TWh por ano na UE, o que equivale a cerca de 42 % da atual produção de carvão e gás. [Geothermal energy in Europe](#) (não traduzido para português), fevereiro de 2026, EMBER.

transportes⁴¹ e dos edifícios, bem como entraves transetoriais à eletrificação da economia. Tal inclui a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis, que comprometem a competitividade relativa da eletricidade em relação a outros vetores energéticos.

- [A partir de **maio de 2026**] *No domínio da energia geotérmica, a Comissão apoiará os Estados-Membros e as partes interessadas na recolha de dados geológicos pormenorizados, criando uma **base de dados a nível da UE**. A Comissão ponderará igualmente prestar apoio à criação de **regimes de redução dos riscos geotérmicos e de regimes de seguros**, juntamente com financiamento público, incluindo de bancos de fomento nacionais, a fim de reduzir os riscos do investimento e ajudar a mobilizar capitais privados. No âmbito da iniciativa Global Gateway, a Comissão está empenhada em promover, sempre que necessário, a **cooperação internacional em projetos de energia geotérmica**.*
- [A partir de **maio de 2026**] *No que se refere à energia solar térmica, a Comissão, juntamente com a Coligação Europeia para o Financiamento da Eficiência Energética, ajudará a criar regimes de apoio público para a **adoção de projetos solares térmicos de grande escala**.*
- [A partir de 2026] *No que diz respeito ao **biometano**, a Comissão continuará a apoiar iniciativas para fazer avançar a produção de moléculas gasosas de origem não fóssil, incluindo biogás e biometano sustentáveis, em consonância com o REPowerEU⁴², incluindo projetos de biogás e biometano nas explorações agrícolas e cooperativas^[OBJ], tendo devidamente em conta a possibilidade de expandir as instalações já existentes, reduzindo os estrangulamentos no licenciamento e melhorando o transporte de matérias-primas sustentáveis em todas as regiões.*
- [Segundo trimestre de **2026**] *Após uma avaliação e tendo em conta a expansão mais lenta do que previsto do mercado do hidrogénio, a **Comissão proporá uma revisão específica dos critérios de produção de hidrogénio renovável, salvaguardando os investimentos já existentes**. Tal contribuirá para promover a descarbonização da indústria e acelerar o desenvolvimento de combustíveis de aviação sintéticos e sustentáveis (**eletroCSA**) e de combustíveis marítimos sintéticos e sustentáveis (**eCSM**) à base de hidrogénio. A Comissão clarificará as metodologias aplicáveis aos processos que dependem do hidrogénio renovável e da biomassa como matéria-prima, com vista a facilitar a produção de eletroCSA, sem prejudicar a existência de condições de concorrência equitativas e assegurando critérios de sustentabilidade ambiciosos, incluindo a adicionalidade, a contabilização exata das emissões ao longo do ciclo de vida e a prevenção da dupla contagem. Até 30 de junho de 2026, a Comissão lançará uma consulta pública sobre um projeto de metodologia para a eventual introdução de abordagens alternativas para reconhecer a energia proveniente de centrais nucleares como eletricidade de baixas emissões.*
- [Até ao **verão de 2026**] *A Comissão fará o **levantamento das capacidades europeias para complementar o petróleo e o gás enquanto matérias-primas para os produtos químicos, a***

⁴¹ Incluindo os veículos pesados.

⁴² [Roteiro para pôr termo às importações de energia russa](#) [COM(2025) 440 final].

cerâmica, o vidro, os plásticos e os fertilizantes com materiais circulares e de base biológica, ajudando a indústria a identificar e eliminar obstáculos à sua implantação a curto prazo.

3.2 Reforço do sistema energético

Como demonstrado por esta crise, a modernização e a transformação profunda do nosso sistema energético já não são uma questão de ambição, mas sim uma necessidade absoluta em termos de resiliência. Para colher os benefícios na íntegra, é crucial que os Estados-Membros apliquem, rapidamente e na sua totalidade, o acervo da UE em matéria de energia e que os legisladores acelerem as negociações sobre o pacote Redes Europeias. Tal permitirá antecipar a execução de projetos, incluindo os projetos de interesse comum (PIC) ou de interesse mútuo (PIM), definindo simultaneamente uma abordagem flexível das receitas das taxas de congestionamento decorrentes de zonas de oferta internas, tendo em conta as circunstâncias nacionais. São necessárias redes que assegurem o fluxo de energia ao preço mais baixo, desde o local onde é produzida até àquele onde é consumida. Importa intensificar a implantação de infraestruturas de eletricidade transfronteiriças para alcançar a meta indicativa da UE de, pelo menos, 15 % de interligação elétrica até 2030, assegurando assim uma verdadeira União da Energia.

A Iniciativa Autoestradas da Energia visa criar oito corredores prioritários, respondendo às necessidades mais urgentes em matéria de infraestruturas energéticas que requerem um apoio e um empenho mais rápidos, de modo a resolver os estrangulamentos que impedem a realização de progressos. Esses progressos deverão ser acelerados. Se necessário, poderá vir a ser ponderada futuramente a criação de outras autoestradas da energia. As medidas destinadas a tornar mais eficiente e flexível a utilização das redes, nomeadamente através da digitalização, e a melhorar a produtividade da rede permitirão reduzir substancialmente os custos e ajudarão a intensificar o processo de eletrificação de vários setores, incluindo o setor do aquecimento e arrefecimento.

A interconectividade, as redes inteligentes, o acesso às redes e a produtividade da rede são também pré-requisitos para muitos prestadores de serviços, juntamente com os contadores inteligentes, que ajudam os consumidores a reduzir as faturas de energia ou a reagir aos sinais de preços ajustando a procura. A implantação generalizada de contadores inteligentes é essencial para desbloquear a resposta da procura em grande escala e permitir que os consumidores participem nos mercados de flexibilidade, reduzindo os picos de procura e a volatilidade dos preços. Isto pode ser apoiado por ativos como baterias, veículos elétricos e bombas de calor, assim como por processos como os sistemas de gestão e soluções veículo para a rede e automatização assente na IA. A fim de aumentar a flexibilidade do sistema e ajudar a reduzir os preços da energia a nível regional e nacional, cada Estado-Membro deve implantar contadores inteligentes que cubram, pelo menos, 50 % dos respetivos consumidores finais até 2031. Isto deve ser acompanhado por estruturas de preços que incentivem a utilização de serviços de flexibilidade e armazenamento para melhor integrar e tirar partido das energias limpas.

Para construir um sistema energético resiliente, alimentado por fontes de energia domésticas não poluentes, é fundamental dispor de capacidades de armazenamento de eletricidade e calor,

bem como de flexibilidade, incluindo baterias e bombagem hidroelétrica. A UE tem atualmente uma capacidade de armazenamento de 55 GW e precisa de expandir significativamente esta capacidade para atingir os 200 GW até 2030, desempenhando as baterias um papel fulcral nesse crescimento. Para o efeito, importa apoiar politicamente esses projetos desde a fase do planeamento.

Ações imediatas:

- **[Até julho de 2026]** *A Comissão apelará aos legisladores para que finalizem, até ao verão, as negociações sobre o pacote Redes Europeias, ajudando-os nesse processo. Isto é indispensável para acelerar a implantação dos tão necessários projetos de armazenamento de energias renováveis, incluindo baterias de grande dimensão, e para modernizar as infraestruturas de rede, contribuindo para reduzir os preços da energia e a dependência das importações.*
- **[Segundo e terceiro trimestres de 2026]** *A Comissão continuará a colaborar com os Estados-Membros para acelerar a execução da **Iniciativa Autoestradas da Energia**. Com base nos progressos já realizados na ilha energética de Bornholm, a Comissão reforçará o empenho político, afetará recursos e mobilizará todos os instrumentos disponíveis para reforçar os quadros de investimento e superar os obstáculos existentes, nomeadamente resolvendo os restantes estrangulamentos que impedem a rápida implantação dos projetos.*
- **[A partir de abril de 2026]:** *A Comissão ajudará os Estados-Membros e as partes interessadas (por exemplo, no âmbito do Grupo de Missão da União da Energia e dos grupos regionais de alto nível) a **identificar centrais de produção de eletricidade, incluindo parques eólicos, que estejam próximas do fim do ciclo de vida e de instalações que possam ser reequipadas para ajudar a acelerar o aumento do fornecimento de eletricidade nos próximos meses.** Serão igualmente avaliadas formas de prosseguir e intensificar a implantação de energias renováveis.*
- **[Maio de 2026]** *A Comissão prestará apoio aos Estados-Membros, através do instrumento de assistência técnica e da **Academia de Regulação da Energia**, a fim de assegurar a execução de reformas fundamentais no setor da eletricidade.*
- **[Maio de 2026]** *A Comissão adotará uma **proposta legislativa sobre as tarifas de rede e a tributação**. O objetivo é facilitar a transição para um sistema energético mais eletrificado, mais eficiente e mais resiliente, suscetível de reduzir as faturas de eletricidade para todos os consumidores. A proposta proporcionará incentivos para uma utilização ótima e eficaz em termos de custos da infraestrutura de rede, estimulará um consumo respeitador do sistema, clarificará o quadro para permitir que as entidades reguladoras nacionais procedam a reduções específicas das tarifas de rede, incluindo para as indústrias com utilização intensiva de energia, e permitirá aos Estados-Membros eliminarem as restrições à redução dos impostos sobre a energia para utilizadores específicos, nomeadamente as indústrias com utilização intensiva de energia e os agregados familiares mais vulneráveis, assegurando simultaneamente que a eletricidade é menos tributada do que o gás.*

- [2026-2027] *A Comissão assegurará o acompanhamento rigoroso da aplicação da legislação pertinente da UE, utilizando todos os instrumentos disponíveis, incluindo processos por infração, por exemplo em matéria de licenciamento, de armazenamento, de flexibilidade e de maximização da capacidade interzonal, a fim de acelerar a implantação das energias limpas. Para acelerar os progressos, agilizar-se-á a avaliação das principais disposições e facultar-se-á orientações pragmáticas quanto à sua aplicação, nomeadamente através de recomendações da Comissão, sendo os Estados-Membros ajudados a assegurar uma aplicação harmonizada e coerente em toda a UE.*

3.3 Promover o investimento

A resposta da UE à atual crise energética depende do reforço do investimento. Importa **mobilizar fundos públicos — a nível nacional e da UE — para catalisar e aumentar o investimento privado**. Antecipar e acelerar já o investimento na transição energética e em soluções circulares permitirá romper definitivamente o ciclo de dependência dos combustíveis fósseis.

A UE tem mobilizado recursos significativos para a transição energética, nomeadamente durante a fase final do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (219 000 milhões de EUR). Os planos de recuperação e resiliência já contemplam muitas reformas e investimentos que têm ajudado os Estados-Membros a modernizar os respetivos sistemas energéticos. De acordo com os prazos fixados na sua arquitetura jurídica, esses planos deverão ser concluídos até 31 de agosto de 2026⁴³. O Mecanismo para uma Infraestrutura para Combustíveis Alternativos, no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa, autorizou, desde 2021, mais de 2 000 milhões de EUR para projetos de implantação de infraestruturas pertinentes de carregamento e abastecimento de combustíveis alternativos para todos os modos de transporte. Entre 2021 e 2027, o Mecanismo Interligar a Europa — Energia apoiará projetos transnacionais de infraestruturas energéticas e de energias renováveis com 5,84 000 milhões de EUR.

A política de coesão também presta um apoio significativo à transição energética. A recente revisão intercalar dos fundos da política de coesão permitiu reafetar cerca de 1 200 milhões de EUR às prioridades energéticas, que podem agora contribuir para dar resposta à atual crise.

O apoio coerente prestado pela UE em matéria de investigação e inovação na área das tecnologias de energia limpa permitiu mobilizar financiamento público e privado para a transição, nomeadamente para a expansão de tecnologias inovadoras, gerando soluções que já foram testadas, são fiáveis e já estão implantadas no mercado. Para as tecnologias que ainda procuram ganhar escala, é necessária uma ação e um apoio coordenados e contínuos a nível da

⁴³ Enquanto instrumento concebido para responder às consequências adversas da crise da COVID-19 na União, com o apoio de recursos adicionais extraordinários e temporários, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) foi criado com prazos muito rigorosos, que não podem ser derrogados uma vez que foram consagrados no Regulamento IRUE, no Regulamento MRR e na Decisão Recursos Próprios.

UE e dos Estados-Membros, de forma a evitar a fragmentação do financiamento público e acelerar a sua implantação.

No entanto, os fundos públicos, por si só, não são suficientes para cobrir as enormes necessidades de investimento (estimadas em 660 000 milhões de EUR por ano até 2030) para a transição energética. A fim de mobilizar o investimento privado⁴⁴ — nomeadamente por parte de investidores institucionais, como as companhias de seguros e os fundos de pensões, que gerem mais de 12 biliões de EUR na UE, com potencial para canalizar novos investimentos para projetos críticos de transição energética — a Comissão adotou, em março de 2026, a Estratégia de Investimento em Energias Limpas.

O enquadramento dos auxílios estatais permitirá igualmente aos Estados-Membros apoiar investimentos estratégicos em infraestruturas energéticas e tecnologias limpas, salvaguardando ao mesmo tempo as condições de concorrência equitativas existentes no mercado interno⁴⁵.

Ações imediatas:

- **[Segundo e terceiros trimestres de 2026]** *A Comissão organizará uma **Cimeira sobre o Investimento em Energias Limpas** que reunirá o setor dos serviços financeiros, incluindo grandes investidores institucionais, líderes industriais, promotores de projetos e financiadores públicos, a fim de acelerar o financiamento privado. A cimeira procurará encontrar **soluções imediatas e de elevado impacto**, nomeadamente armazenamento, incluindo baterias, infraestruturas de carregamento de veículos elétricos, eletrificação ou combustíveis sustentáveis para a aviação e o transporte marítimo.*
- **[A partir de abril de 2026]** *A Comissão coordenará um exercício da UE (capítulo «Investimento AccelerateEU») a fim de **capacitar e ajudar os Estados-Membros**, incluindo através de grupos de peritos dos Estados-Membros, a **tirar todo o partido do financiamento disponível da UE** (nomeadamente a partir dos fundos da política de coesão) e a **reefetar os fundos da UE, sempre que possível e em consonância com as preferências dos Estados-Membros e das regiões para investimentos relacionados com a energia** suscetíveis de terem um impacto rápido e de atenuar os efeitos do aumento dos preços da energia. A título de exemplo:*

A) Reforçar as medidas já existentes para reduzir o consumo de energia, implantar energias não poluentes (por exemplo, bombas de calor, energia solar fotovoltaica, isolamento, energia

⁴⁴ Os bancos e as companhias de seguros são incentivados a aumentar os seus investimentos no âmbito dos quadros dos programas legislativos, facilitando o investimento em capitais próprios nas áreas cruciais para a competitividade e a segurança económica da Europa a longo prazo, incluindo o setor da energia.

⁴⁵ Até 14 de abril de 2026, foram adotadas 18 decisões ao abrigo do Enquadramento para os Auxílios Estatais no Âmbito do Pacto da Indústria Limpa, tendo sido aprovadas 19 medidas de auxílio estatal no valor global de 32 760 milhões de EUR. Destas, foram aprovadas quatro medidas com um orçamento global de 20 220 milhões de EUR ao abrigo da secção 4.1 relativa às energias renováveis. Ao abrigo da secção 5, relativa à descarbonização industrial, foi aprovada uma medida (no valor de 608,5 milhões de EUR). Por último, foram aprovadas 14 medidas ao abrigo da secção 6.1, relativa à capacidade de fabrico de tecnologias limpas (no valor de cerca de 11 930 milhões de EUR). Além disso, nesse mesmo período, a Comissão aprovou sete medidas de auxílio à descarbonização industrial ao abrigo das Orientações relativas a auxílios estatais à proteção do clima e do ambiente e à energia (CEEAG), no valor global de 6 800 milhões de EUR.

eólica ou baterias) e soluções circulares, investir no reforço e na segurança das infraestruturas energéticas críticas e promover a implantação de infraestruturas de carregamento e a produção de combustíveis sustentáveis para a aviação e o transporte marítimo.

B) Complementar as medidas existentes ou alargar o respetivo âmbito de aplicação, por exemplo, medidas para combater a pobreza energética, em complemento das medidas de eficiência energética já existentes; alargar o âmbito da energia solar fotovoltaica à energia agrovoltaica; promover processos de licenciamento acelerados e simplificados.

C) Acelerar a execução das medidas pertinentes dos planos de recuperação e resiliência, tirando partido dos indicadores previstos na comunicação da Comissão intitulada «NextGenerationEU — Rumo a 2026», incluindo a possibilidade de injetar capital nos bancos e instituições de fomento nacionais.

- *[A partir de abril de 2026]: A Comissão avaliará se são necessárias novas medidas para simplificar as regras, a fim de acelerar a utilização dos fundos da UE para investir na transição energética.*
- *[Até julho de 2026] A Comissão adotará uma proposta legislativa para atualizar e modernizar o Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE) da UE. A Comissão consultará em breve os Estados-Membros sobre a atualização dos parâmetros de referência do CELE, complementando assim as alterações já propostas à reserva de estabilização do mercado tendo em vista o reforço da sua capacidade. No âmbito dessa revisão, a Comissão aumentará igualmente o apoio financeiro ao dispor da indústria para efeitos de transição para as energias limpas através do Banco de Descarbonização Industrial, mobilizando 100 000 milhões de EUR de financiamento. A fim de assegurar a implantação o mais rápido possível, tal incluirá um estímulo ao investimento financiado por 400 milhões de licenças de emissão do CELE, proporcionando rapidez e solidariedade, com o objetivo de reforçar a segurança do investimento para intensificar o investimento na descarbonização por parte das indústrias da UE que utilizam energia intensivamente. Neste contexto, a fim de assegurar a solidariedade, os Estados-Membros com rendimentos mais baixos terão acesso garantido ao apoio para estimular o investimento no âmbito do CELE. Além disso, a Comissão ponderará igualmente alargar o apoio do CELE aos combustíveis de aviação sintéticos e sustentáveis, em termos de volume e duração, e explorar um mecanismo análogo para os combustíveis marítimos sintéticos e sustentáveis produzidos na UE.*
- *[A partir de abril de 2026]: A Comissão ajudará os Estados-Membros interessados em explorar a utilização de receitas do CELE para adotar medidas específicas que permitam mobilizar e acelerar os investimentos na eletrificação — nomeadamente nos transportes e no aquecimento —, na descarbonização industrial, nas aplicações circulares a jusante, bem como investimentos que ajudem a reduzir os preços da eletricidade, incluindo através do aumento da capacidade de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, desde que esses investimentos contribuam para a eletrificação e a descarbonização industrial*

dos agregados familiares⁴⁶. A Comissão continua a incentivar os Estados-Membros a explorarem alternativas para afetar as receitas do CELE.

- *[A partir de **abril de 2026**]: A Comissão trabalhará com a Coligação Europeia para o Financiamento da Energia para criar produtos financeiros normalizados para o aquecimento e a renovação não poluentes e desenvolverá/promoverá novos modelos empresariais de serviços energéticos para prestar apoio direto às PME na aplicação de soluções de eficiência energética e eletrificação.*
- *[A partir de **abril de 2026**]: A Comissão continuará a prestar apoio aos Estados-Membros no quadro da Aliança dos Pioneiros para os eletroCSA (eSAF Early Movers), na organização do anunciado leilão duplo no valor de 2 000 milhões de EUR de eletroCSA e a incentivar a participação dos Estados-Membros.*

⁴⁶ O apoio aos investimentos industriais pode ser concebido em conformidade com o ponto 4.5 do Enquadramento para os Auxílios Estatais no Âmbito do Pacto da Indústria Limpa, mas apenas se a totalidade das receitas do CELE for utilizada para investimentos na descarbonização, tal como exigido pelo artigo 10.º, n.º 3, da Diretiva 2003/87/CE relativa à criação de um sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na União.